Projeto de Lei do Executivo Municipal nº. 030/2018, de 25 de outubro de 2018.

Altera a redação dos artigos 1º, 2º 3º e revoga o artigo 5º da Lei Municipal nº 1.526/2010, que Cria cargo de Psicopedagogo(a) Clínico e Institucional e dá outras providências.

O SENHOR MIGUEL ANGELO GASPARETTO, Prefeito Municipal de Ronda Alta, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

Encaminha para apreciação da Câmara Municipal de Vereadores e posterior aprovação, o seguinte:

PROJETO DE LEI

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º da Lei Municipal nº. 1.526/2010, passando a ter a seguinte redação:

"Art. 1º Ficam criados 02 (dois) cargos de Psicopedagogo (a) Clínico e Institucional, Nível 11, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a ser enquadrados na Lei Municipal nº. 579, de 28 de fevereiro de 1992, conforme abaixo:" (NR)

DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	
Psicopedagogo(a)	Clínico e Institucional D-O-33	

Praça Mose Míssio, s/n° - CEP: 99.670-000 - Fone:(54)3364-5900 www.rondaalta.rs.gov.br



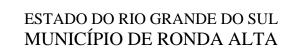
- Art. 2º Fica alterado o artigo 2º da Lei Municipal nº 1.526/2010, passando a vigorar com a seguinte redação:
- "Art. 2º O Anexo I da Lei Municipal nº. 579, de 28 de fevereiro de 1992, passa a vigorar, no nível 11, com a seguinte redação".(NR)

NÍVEL	CARGO	EXISTENTES	CRIADOS	TOTAL
	Psicopedagogo(a) Clínico e Institucional	02	-	02

- Art. 3º Fica alterado o artigo 3º da Lei Municipal nº 1.526/2010, passando a vigorar com a seguinte redação:
- "Art. 3º O cargo, ora criado, perceberá remuneração de acordo com a legislação vigente." (NR)
 - Art. 4º Fica revogado o artigo 5º da Lei Municipal nº 1.526/ 2010.
 - **Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Ronda Alta, aos 25 de outubro de 2018.

Miguel Angelo Gasparetto
Prefeito Municipal





Exmo. Presidente:

Senhores vereadores:

JUSTIFICATIVA

Prezados Vereadores, apresentamos para análise e deliberação o Presente Projeto de Lei que visa a alteração de dispositivos da Lei Municipal nº 1.526 de 31 de março de 2010.

Em busca de soluções para atender a demanda de outras secretarias do município, constatou-se a existência de cargos para Psicopedagogo, mas o cargo é até então especificamente para a Secretária da Educação, não podendo ser usado para outras finalidades. Verificou-se que a atividade exercida pelo titular do cargo de Psicopedagogo, não se enquadra como função de magistério, não podendo estar no Plano de Carreira do mesmo. Por tratar-se de um apoio à educação, o cargo deve ser criado no Plano de Cargos Geral do Município.

Como a atuação do Psicopedagogo está em crescente desenvolvimento, faz-se necessário atuar em outras áreas, como por exemplo, na Secretaria de Assistência Social, que diariamente desenvolve trabalhos com crianças e adolescentes (CCA - Centro da Criança e Adolescente), visando sempre o bem estar dos mesmos. Quanto as atribuições do cargo se enquadram para atuação em outros setores.

Reiteramos a importância da aprovação dos senhores referente a alteração da referida Lei, para termos um melhor aproveitamento do profissional em outras áreas que extrema importância para a população.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE RONDA ALTA, em 25 de Outubro de 2018.

Miguel Angelo Gasparetto
Prefeito Municipal